

Notas sobre o Simpósio: "Políticas de Acesso e Permanência na UFABC (2012-2022): o Papel das Ações Afirmativas"

Notas elaboradas por Rafael Rondina (Administrador da UFABC/PROPLADI)

O objetivo destas notas é proporcionar uma síntese das discussões levantadas durante o evento e os diferentes pontos de vista expostos pelos palestrantes.

Na visão da Universidade, a produção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deve ser democrática, aberta e participativa, pois só assim o PDI refletirá as necessidades e anseios de todos, ao mesmo tempo em que promoverá o desenvolvimento da UFABC, de forma justa e igualitária.

Com essa visão, foi realizado o Simpósio "**Políticas de acesso e permanência na UFABC (2012 – 2022): O papel das Ações Afirmativas**", com o intuito de balizar os rumos da UFABC em relação às ações afirmativas de ingresso (cotas sociais e étnico-raciais) e de permanência (bolsas socioeconômicas).

O evento ocorreu em 30/11/2012, no campus Santo André, Bloco A, Auditório 111-1, no período noturno, visando a maior possibilidade de participação da Comunidade Acadêmica, o que de fato aconteceu, pois tivemos o auditório cheio, mesmo sendo uma sexta feira à noite!

O seminário contou com a presença de uma intérprete de libras – linguagem brasileira de sinais, demonstrando a importância dada à inclusão pela UFABC.

Compuseram a mesa os seguintes palestrantes:

- Advogado Daniel Teixeira – Coordenador de Projetos do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades;
- Dr. Hermano Tavares – ex Reitor pró tempore da UFABC;
- Prof. Douglas Belchior - Membro do Conselho Geral da UNEAFRO - União de Núcleos de Educação Popular para Negras (os) e Classe Trabalhadora, professor da rede pública estadual de São Paulo;
- Tecn. José Carlos Miranda – Coordenador do MNS - Movimento Negro Socialista.

A seguir, apresenta-se um breve resumo dos temas abordados.

O Reitor da UFABC, Prof. Dr. Hélio Waldman, abre o seminário, explicando o horizonte do PDI que está sendo desenvolvido, o que é um desafio para o planejamento da Universidade, dado o período extenso - dez anos. Dentro das discussões do PDI, o

Prof. Waldman reforça a importância de tratar das políticas afirmativas, e lembra a recente lei de cotas que foi aprovada no âmbito federal.

Como bem observa o Reitor, na UFABC as cotas não são novidade, já que desde sua criação a UFABC adota a política de reservar 50% de suas vagas para alunos oriundos do ensino público, e dentro desta porcentagem reservam-se cotas para negros e índios, seguindo a proporção da população destas etnias observada no estado de São Paulo. Portanto, a UFABC não terá dificuldades em cumprir a lei, mas mais do que isso, desde sua criação a UFABC visa a igualdade de oportunidades para todos.

Em sua fala, o Prof. Waldman lembra ainda da aprovação do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade da lei de cotas, e deseja que o debate auxilie a ventilar o assunto na Universidade e subsidie a construção do PDI.

O Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, Prof. Dr. Joel Pereira Felipe, informa aos presentes que o objetivo do seminário foi o de trazer à UFABC a diversidade de opiniões – dado que os palestrantes possuem diversos pontos de vista e opiniões distintas sobre o tema proposto. Ainda em sua fala, o Prof. Joel diz que o tema Políticas Afirmativas envolve não só questões de raça e cor, mas também aspectos como gênero, deficiência, situação econômico-social, entre outros, mas dada a limitação do tempo, o seminário estaria focado nos primeiros itens mencionados. Foi convidada a participar do seminário a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que não pôde participar, por problemas de agenda.

O Prof. Joel apresenta alguns dados sobre o direcionamento da UFABC para as questões sociais e afirmativas, citando alguns exemplos: Desde seu início, a UFABC possui 50% de cursos noturnos; a UFABC possui um número bem próximo de 50% de alunos provenientes do ensino público; cresce o número de negros e pardos no total de alunos da Universidade. Como referencial, são percentuais acima da média das Universidades estaduais paulistas.

Após as devidas apresentações, os participantes iniciaram suas explanações.

O palestrante Sr. José Carlos Miranda, pertencente ao Movimento Negro Socialista, apresenta sua vivência em movimentos sociais de diversos matizes.

Na sua visão, todos têm direito à educação pública, gratuita e de qualidade, não devendo haver distinção entre raças ou cores nas políticas públicas de acesso à educação ou em qualquer outra área. Mostra uma foto de duas crianças, sentadas lado a lado, ambas quilombolas, sendo uma negra e a outra branca. Por que criar políticas que atendam à criança negra, e deixar a branca de lado? Segundo o palestrante, ambas tem as mesmas dificuldades, portanto não deveria haver distinção entre elas. Além disso, acredita que tal distinção pode criar um sentimento de separação, algo que não seria interessante para nossa sociedade.

Segundo o palestrante, as desigualdades sociais não são fruto de diferença de raças – até porque, não existem raças, somos todos humanos, conforme ele diz, sendo, isso

sim, fruto da luta de classes, onde o capitalista, para obter seu interesse maior, que é o acúmulo de capital, através da exploração do trabalho do proletariado e da mais valia, cria as condições de pobreza e miséria dos trabalhadores. Cita como exemplo a libertação de trabalhadores em condições análogas às de escravo, que acontece com frequência no Brasil, e que estes trabalhadores são de todas as cores, não apenas negros.

Coloca que a escravidão aconteceu não por motivos de raça, mas por necessidade do capitalismo, então em formação, em ter mão de obra barata, facilitando assim o processo de acúmulo de capital. Afirma que na África existem, historicamente, lutas entre diferentes povos, todos negros, e que na época da escravidão, estes povos prendiam seus inimigos conquistados e os vendiam aos traficantes de escravos. Lembra-se do recente conflito entre as etnias Tutsi e Hutus, que gerou um genocídio em Ruanda, sendo ambos os lados formados por negros.

O Advogado Daniel Teixeira, durante sua palestra, apresenta perspectiva histórica sobre políticas igualitárias, citando como exemplo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada com o fim da Segunda Guerra Mundial, além de movimentos em vários países, como na Índia e nos Estados Unidos da América, com várias demandas destes. Nos Estados Unidos, por exemplo, as cotas proporcionaram aumento significativo de negros nas escolas, entre as décadas de 1960 e 1980.

No Brasil, relembra a lei de nacionalização do trabalho, que obrigou as empresas instaladas no país a ter o mínimo de 2/3 de brasileiros nos quadros de funcionários, e a "lei do boi", como é conhecida a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, em que 50% das vagas nos estabelecimentos de ensino médio agrícola e nas escolas superiores de agricultura e veterinária, mantidos pela União, ficariam disponíveis para atender às demandas específicas de formação para alguns segmentos sociais. Também lembra da lei que determina percentual de participação de mulheres nos partidos políticos, e da lei que reserva vagas para deficientes nas empresas e em concursos públicos.

Na opinião do Sr. Daniel, no Brasil não houve tanto questionamento quanto a estas cotas que relacionou quanto vem acontecendo com a lei de cotas para negros e pardos nas Instituições de Ensino Superior.

Como argumentos a favor das cotas, o palestrante apresenta percentuais de participação de negros e brancos no ensino superior, onde a participação do primeiro grupo é gritantemente maior, e também a diferença na média de anos de estudo entre brancos e negros, que também apresenta diferença significativa.

O Sr. Daniel coloca que essa diferença é legado do período de escravidão, e que as cotas são um mecanismo importante de reverter a situação que se apresenta. Também não vê um choque entre políticas sociais, de gênero e de cor, como se afirma no debate nacional, podendo todas coexistir, sem se sobrepor. No futuro, quando essas desigualdades forem superadas, as cotas deixarão de ser necessárias.

O Professor Douglas Belchior inicia sua apresentação comentando as péssimas condições enfrentadas pelo ensino público fundamental. Sendo ele um professor desta

categoria, vê que o ensino público fundamental não para devido ao empenho de muitos professores, novos e mais antigos, que são verdadeiros “paladinos”, ao enfrentarem a falta de políticas de governo que fomentem a educação de qualidade, pois analisa que não há a intenção de formar cidadãos pensantes.

O Prof. Douglas se posiciona contra a visão do Sr. Miranda, pois acredita que políticas sociais universais não resolverão as diferenças entre negros e brancos. Comenta que existe grande percentual de negros analfabetos, e cita o baixo percentual de negros nas Universidades. Além disso, cita o fato de que a melhora no IDH que o país vem tendo não é acompanhada pela melhora da população negra nesse índice. Crê que a sociedade, de uma maneira geral, age maniqueistamente, rotulando os negros como “bandidos” ou como “jogadores de futebol”.

Outra colocação do palestrante foi a de que a esquerda política brasileira ainda é refratária à incorporação da questão racial como um item da pauta de questões sociais. Segundo ele, fala-se muito dos perseguidos pela ditadura militar, mas que pouco se fala do estado de exceção em que vive a população negra no Brasil.

Fechando sua fala, entende como importante fator de conscientização dos negros e conhecimento de sua história, a aplicação da Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira, nos níveis de ensino fundamental e médio.

O Prof. Dr. Hermano Tavares, primeiro Reitor da UFABC, inicia sua fala demonstrando a posição ímpar desta Universidade, pois não encontrou o mesmo interesse e empenho dedicado ao desenvolvimento do PDI em outras Universidades com as quais tem contato.

Desenvolver o PDI é um exercício de discussão do futuro da Universidade, e na visão do Prof. Hermano, a UFABC está na vanguarda na questão das cotas, uma vez que as adota desde sua fundação, sem que fosse previsto em lei.

O Prof. Hermano vislumbra três crises principais com as quais a sociedade mundial se deparará em futuro não muito distante. São elas o aquecimento global, a crise econômica e a crise populacional.

No século XX, a população mundial cresceu muito, e no Brasil o crescimento foi ainda mais acentuado. Segundo os demógrafos, o próximo século será de envelhecimento das populações, a exemplo do que vêm acontecendo na Europa. Isso trará grandes desafios, um deles é a diminuição da parcela da população economicamente ativa. Por outro lado, a população mais velha demandará mais serviços sociais e previdenciários, e países como o Brasil correm o risco de não terem criado riqueza suficiente para manter o bem estar social.

Vislumbra-se, segundo o palestrante, uma “janela de oportunidade” no Brasil, onde a população economicamente ativa estará em crescimento até 2035. Depois desse período, o Brasil perderá a oportunidade de se tornar um país rico. O país precisa, pois, “correr”, para que tenha o crescimento necessário.

Como forma de se atingir esse desenvolvimento, o Prof. Hermano coloca a educação como principal fator a ser atacado e que esta deveria ser eleita a principal prioridade do país. A melhora na educação é um processo demorado, que ultrapassa os mandatos eleitorais, sendo esta demora um motivo elencado pelo palestrante como ocasionador da pouca importância dada ao tema na esfera política.

O Prof. Hermano vê como importante a política de cotas, como forma de reverter as diferenças hoje existentes, pois hoje estas diferenças são replicadas, devido a desigualdade de oportunidades, à qual as parcelas menos favorecidas da população estão sujeitas.

Relembrando do convite que recebeu para ser o primeiro Reitor da UFABC, diz que o fez com muita alegria e orgulho, pois vislumbrou a oportunidade de ser um agente de mudanças. Naquela época, o ensino superior federal era muito tímido no estado de São Paulo, comparando-se com sua grande população e carga tributária. Vê a UFABC como uma grande instituição no futuro, tanto na qualidade de seu ensino, pesquisa e extensão, como também na quantidade de vagas ofertadas, competindo de igual para igual com as Universidades mais tradicionais existentes no estado. Finalizando, diz que o modelo pedagógico interdisciplinar da UFABC é muito importante na formação de cidadãos conscientes e preparados para os desafios da sociedade e do mercado de trabalho.

Terminadas as falas principais dos palestrantes, abriu-se espaço para os presentes formularem questões relacionadas ao tema do seminário.

De uma maneira geral, os presentes que pediram a palavra se colocaram a favor das cotas na UFABC, entendendo-as como importante fator de correção de desigualdades históricas perpetuadas ao longo de séculos no Brasil.

Citou-se a importância da moradia estudantil, como fator de diminuição da evasão dos alunos, em especial daqueles que possuem situação econômica e social mais frágil. O restaurante universitário também foi mencionado como importante fator de apoio aos estudantes, em especial aos de baixa renda, dado que o valor das refeições no entorno da Universidade está muito alto, assim como o mercado imobiliário está inflacionado.

A política de moradia estudantil da UFABC é o oferecimento de bolsas moradia, dado o limitado espaço físico dos campi, o que limita a construção de dormitórios próprios.

Outra questão colocada é a de que os jovens pobres, e de uma maneira mais intensa os negros, não se veem em condições de estudar em Universidades públicas, pois ainda tem uma visão de que não são capazes para tal. Soma-se a isso o fato de que a escola pública não prepara os jovens para a Universidade. É uma questão cultural importante, que vindo sendo trabalhada na UFABC, entre outras ações, através do cursinho preparatório gratuito oferecido aos estudantes de nível médio das escolas públicas, e também trazendo alunos de escolas públicas para conhecer a UFABC.

Também se levantou a importância de licenciaturas serem oferecidas na UFABC, e que seu número deveria ser expandido, haja vista que formando professores capacitados

se estará fomentando o ensino fundamental de qualidade. Ainda existe uma carência de licenciaturas de qualidade na região do ABC, em especial se for considerada a disponibilidade de vagas no ensino público superior.

Foi colocada a necessidade de incluir os deficientes auditivos nas Universidades, através da adoção de aulas com a presença de tradutores intérpretes de libras. E também se questionou a forma como se avaliaria os alunos de libras.

Levantou-se questão sobre a importância de cotas para deficientes nas Universidades.

A necessidade de se investir em educação em todos os níveis e com urgência foi consenso, pois só desta forma o país terá condições de se desenvolver e de aproveitar a janela de oportunidade citada pelo Prof. Hermano. Investir em educação, e de forma inclusiva, de maneira a se reverter diferenças históricas em nossa sociedade. Todos os temas levantados, tanto pelos participantes da mesa de debate quanto pelos presentes são muito relevantes, e não só subsidiarão os trabalhos de desenvolvimento do PDI da UFABC, mas poderão ser aprofundados em debates e estudos futuros na Universidade.